

Plano Brady não soluciona crise

MÔNICA MAGNAVITA

O Plano Brady, que prevê a redução do estoque da dívida dos países do Terceiro Mundo, tem uma série de limitações difíceis de serem superadas a curto ou médio prazo. Trocando em miúdos, está longe de atenuar significativamente o problema dos endividados. Além disso, pela avaliação de especialistas, o Plano deixa a desejar por não apresentar soluções efetivas para a questão crucial no momento: a diminuição dos pagamentos dos juros, que no Brasil giram em torno de US\$ 12 bilhões. Naturalmente, com a redução de 20% dos débitos das nações latinas, a transferência será menor, mas ainda assim esta queda não parece suficiente para aliviar de forma relevante o balanço de pagamentos destes países.

Por outro lado, os bancos, conforme explicou o Vice-Presidente do Bank of America para o Brasil e Cone Sul, Joel Korn, não podem trabalhar com taxas abaixo daquelas praticadas pelo mercado. É tanto a **libor** (taxa de Londres), quanto a **prime** (dos EUA) vêm subindo sistematicamente, chegando a 11% na última semana. Em síntese, esta questão depende da política monetária e fiscal adotada pelo Presidente George Bush, deixando de ser um assunto entre credores e devedores privados e passando a girar a nível de governo. Isso, porque mesmo com a redução do pagamento dos juros, se as taxas continuarem subindo esta queda será neutralizada.

Entre as limitações abordadas por Korn, pelos diretores da empresa de consultoria financeira Atlantic Capital, Gregório Stucart

Provisões dos 10 maiores bancos para créditos duvidosos

(em US\$ bilhões)

BANCO	RESERVAS	EMPRÉSTIMOS JÁ CONCEDIDOS	RELAÇÃO ENTRE RESERVAS E CRÉDITOS
First Chicago	1,25	21,51	5,81%
Manufacturers Hanover	2,21	38,61	5,71%
Bankers Trust Co.	1,29	23,69	5,43%
Bank of America	3,08	57,07	5,40%
Chemical Bank	1,61	31,64	5,09%
Morgan Guaranty Trust	1,50	30,29	4,94%
Chase Manhattan Bank	2,22	48,17	4,61%
Citibank	3,31	97,45	3,40%
Security Pacific	0,97	31,93	3,04%
Wells Fargo	0,82	35,00	2,33%

OBS.: Dados relativos a 30 de setembro de 1988

FONTE: Veribanc Inc.

e Evan Sponagle, e por Henrique Luz, diretor da Price Waterhouse, está a restrição legal dos bancos em vender seus créditos contra os países do Terceiro Mundo com um deságio elevado. Atualmente, estas provisões não são dedutíveis do imposto de renda. Além disso, pela atual legislação, se um banco se desfaz de 10% dos títulos brasileiros com um desconto de 50%, toda a sua carteira de papéis do País sofre uma redução de seu valor de 50%.

Por isso, sem uma alteração na legislação tributária e contábil dos EUA, enfatiza Korn (o Bank of America é o 2º maior credor do Brasil, com cerca de US\$ 3 bilhões), dificilmente os credores privados concordarão em se desfazer dos papéis brasileiros por um desconto superior às provisões que fizeram. E estas reversas giram, em média, em torno de

25%.

Além disso, se os títulos brasileiros no mercado secundário estão sendo negociados a 28%, é porque não há compradores. Mas assim que uma agência multilateral entrar comprando 20% da dívida privada (no caso brasileiro cerca de US\$ 12 bilhões) a cotação destes papéis começa a subir vertiginosamente.

Moral da história: O máximo que os devedores conseguirão será comprar seus débitos por um deságio em torno de 50%, diz Stucart, mesmo assim caso o fisco nos EUA passe a facilitar a vida dos bancos. Menos do que isso, será impossível. Mais, deixará de ser um bom negócio para os devedores. A solução, na opinião de Evan Sponagle, passa por um acordo entre o FMI ou Banco Mundial e os detentores dos papéis dos países do Terceiro Mun-

do para fixar uma taxa intermédia.

A outra alternativa, mais demorada, consiste em esperar os bancos aumentarem suas reservas (os europeus fizeram provisões de até 80%). Se as provisões chegarem a 50%, os credores poderão vender seus créditos com este deságio. O mercado secundário internacional chegou a movimentar US\$ 12 bilhões em títulos brasileiros, no ano passado. Isso, por conta das conversões formais e informais. Mesmo assim, o mercado se restringiu aos médios e pequenos bancos. As grandes instituições não operam, e não operaram, com títulos dos endividados.

De qualquer forma, a solução para a crise da dívida, na opinião de Stucart, passa por uma série de opções. E entre elas começa a ganhar corpo dentro do Governo a troca de débitos externos por interno. Isso seria feito, em parte, através da substituição dos **exits bonds** pelas extintas OTNs cambiais, como previa o acordo da dívida externa. Com a extinção destes papéis, o Banco Central está estudando a criação de um outro título substituto, atraente para os credores.

O fato é que os bancos estão vendo com bons olhos esta discussão (reiterando, desde que o governo dos EUA mude a legislação fiscal e contábil), mesmo porque além dos altos lucros apresentados no ano passado, eles já não esperam mais receber um dólar sequer da dívida dos países latinos. Para eles, o que interessa é o pagamento dos juros. Aliás, se esta dívida fosse paga de um momento para o outro, os ex-credores teriam um sério problema nas mãos: o que fazer com tanto dinheiro?